



ENCONTROS PELA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Aline Guterres Ferreira (alinegufe@gmail.com)

José Vicente Lima Robaina (joserobaina1326@gmail.com)

Greice de Souza (greicesh32@gmail.com)

Daniela Alves da Silva (contatodanialves@gmail.com)

1. INTRODUÇÃO

A educação para meio rural historicamente foi negada aos povos do campo e quando pensada sua escolarização se resumia ao que chamamos de Ruralismo Pedagógico. O qual tinha apenas o objetivo de ensinar a ler e escrever para calcular medidas de aplicação de agrotóxicos e manusear as máquinas agrícolas dos patrões, dando continuidade aos modos de trabalho escravista numa era de “modernização” da agricultura. Para Bezerra Neto (2003, p. 11) o termo estava atrelado para “definir uma proposta de educação do trabalhador rural que tinha como fundamento básico a ideia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia”.

O Ruralismo Pedagógico teve apoio das elites urbanas que se “beneficiariam” com a fixação da população no campo. Eram vistos por estes como causadores de problemas sociais pelo inchaço populacional nos centros urbanos. A autora Adonia Prado afirma sobre o Ruralismo Pedagógico.

Seu significado mais forte encontra-se ancorado numa vasta gama de questões. Tratava-se da necessidade de reter trabalhadores no campo. Estes, frente às miseráveis condições de vida, emigravam para o Rio de Janeiro e para São Paulo, engordando o contingente de favelados e despovoando de mão de obra a área rural. Tratava-se também de incorporar ideológica e politicamente uma massa de pessoas esquecidas pelo Estado e, portanto alvo fácil de interesses ditos particularistas que o Estado Novo havia tomado a si o dever de exterminar. (PRADO, 2007, p. 09).

Após inúmeras tentativas de formação ideológica do Estado nas Escolas do Campo, em dezembro de 2006 é promulgada a Lei nº 9.394, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual institui em seu artigo 28, os seguintes direcionamentos para a Escola do Campo:

Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL/MEC, LDB, 9.394/96, art. 28).

A Normativa é resultado de uma nova concepção de Educação, e é neste contexto que a Educação Rural é renomeada para Educação do Campo como afirma Fernandes et al.

Decidimos utilizar a expressão campo e não mais a usual meio rural, com o objetivo de incluir no processo (...) uma reflexão sobre o sentido atual do



trabalho camponês e das lutas sociais e culturais que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho. Mas quando discutimos a educação do campo estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras, incluindo quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados. (FERNANDES et al., 2004, p.25).

Esta educação tem por objetivo formar o ser humano na sua integralidade. Para conceituar a Educação do Campo, a autora Roseli Caldart (2002), define o tripé balizado em: campo, política pública, e educação; e a relação entre esses termos que constitui o que chamamos de Educação do Campo. Arroyo contribui para essa ideia quando trata a educação na sua contemporaneidade.

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz. (ARROYO, 2004, p.23).

A Agroecologia é um campo de conhecimento aliado a Educação do Campo desde sua origem. É o caminho para o desenvolvimento rural mais justo e solidário, que produz alimento de verdade e não apenas commodities, que gera trabalho e renda para a população do campo e conserva o Ambiente. A Agroecologia é fundamental ao enfrentamento ao modelo agrícola atual, unindo forças com a Educação do Campo e embasando seus referenciais teóricos. Também o resgate de saberes tradicional e os avanços nos estudos científicos na área da agricultura ecológica são fundamentais para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis (GUTERRES, 2006). Trata-se então, de compreender a Educação do Campo alicerçada nas bases teóricas e referenciais da Agroecologia, como enfrentamento ao sistema de produção agressivo ao ambiente e a sociedade, ao processo de educação excludente e retrógrado, objetivando o desenvolvimento e a sustentabilidade do meio rural.

Essas são as concepções que embasaram a Oficina de 'Educação do Campo & Agroecologia', ministrada no Seminário de Educação do Campo de São Gabriel (SEC-SG), Rio Grande do Sul. Para este artigo, é proposta uma reflexão sobre a compreensão que os participantes da Oficina, apresentaram sobre Educação do Campo.

2. CONTEXTO E DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

O Seminário de Educação do Campo de São Gabriel estava na sua quarta edição em 2019, e possuiu como objetivo difundir os conceitos que permeiam o debate sobre Educação do Campo. Contém como público alvo profissionais da área da educação, entre eles, professores e servidores da rede municipal que atuam em Escolas do Campo, para promover a reflexão de suas práticas e constituir suas identidades.

É um Seminário itinerante, que percorre diferentes Escolas do Campo em cada edição, para que todos os participantes possam conhecer as realidades e singularidades dessas instituições no município. O SEC-SG é promovido pela Secretaria de Educação do Município, a qual fornece o transporte dos participantes e a programação do evento. A organização do espaço escolar para o acolhimento do evento, fica a cargo da comunidade daquela edição. A alimentação no evento é



realizada de forma conjunta, onde todos os participantes compartilham os pratos típicos das suas regiões, numa mesa farta de alimentos e conhecimentos.

O Acolhimento Inicial aos participantes se dá no formato de Mística, onde são apresentados os costumes e história da comunidade escolar, com apresentações artísticas, cortejo de cavalarianos e rituais originários. A programação transcorre entre falas oficiais das autoridades do município, de instituições ligadas ao campo e também de convidados externos para debater a temática principal da edição, com abertura de diálogo com a comunidade escolar. Após o almoço, são oferecidas Oficinas Temáticas aos participantes, com livre inscrição, onde propusemos a experiência relatada aqui.

A nossa proposta de oficina, batizada de 'Educação do Campo & Agroecologia', possuía o objetivo fomentar a reflexão sobre a temática da Educação do Campo, a partir do debate da relação dos seus pilares: Campo, Política Pública, e Educação, no que tange aspectos relacionados a uma educação baseada no contexto sócio histórico da comunidade escolar anfitriã. Debatendo os resquícios do Ruralismo Pedagógico nos currículos das Escolas do Campo e fomentando práticas agrícolas agroecológicas, a partir da fabricação de 'Bolas de Sementes Crioulas', técnica milenar de origem asiática para a reestruturação de áreas degradadas e divertimento dos educandos.

A oficina teve três semanas de preparação entre estudos das temáticas e da cultura da região, e a construção das práticas agroecológicas. Foi desenvolvida em duas horas e a inscrição de 30 pessoas, entre professores e servidores do município e da Região, entre elas, Caçapava do Sul, Bagé, Dom Pedrito, Lavras do Sul, São Borja, Santa Maria, Rosário do Sul, Nova Santa Rita e Três de Maio. Também, estudantes de instituições de ensino superior e representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR's).

Após apresentações do público e da proposta da Oficina, chegou o momento de diagnosticar os conhecimentos prévios dos participantes, para a partir daí dar seguimento as discussões e reflexões sobre a temática. Iniciei com um método chamado 'Cochicho Pedagógico', onde em dois círculos, um dentro do outro, os participantes debateram qual o conceito de Educação do Campo possuíam com até quatro pessoas diferentes em movimento de Ciranda ao som de músicas típicas. E após esse diálogo solicitei que registrassem suas concepções.

Com auxílio audiovisual, emprestado, apresentamos o material preparado anteriormente para a Oficina, onde trazia os conceitos e referenciais que fundamentam nossa concepção de Educação do Campo & Agroecologia, exemplos de experiências exitosas e o manual para fabricação das Bolas de Sementes Crioulas. Numa perspectiva dialogada com as concepções que resgatamos dos participantes e os conceitos teóricos que nos embasam, realizamos essa reflexão. Para encerrar a Oficina todos os participantes foram presenteados com publicações da UFRGS sobre a temática, além de amenidades produzidas pelos educandos do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATO

São necessários eventos que promovam o debate sobre a Educação em conjunto com os principais atores da área, para que as reflexões provenientes desses Encontros sejam aplicáveis à realidade escolar, promovendo uma integração legítima da equipe escolar e da comunidade onde está esta inserida.



Espaços de diálogos e troca de saberes produzem aprendizagens significativas e parceria entre esses atores, tornando o movimento da Educação do Campo e Agroecologia mais resistente e expressivo. Para trilhar esse caminho devemos afinar nossas concepções e assim resistir aos desmontes da educação pública, de forma conjunta e organizada.

A partir da questão inicial da Oficina: “O que você entende por Educação do Campo?”, trouxemos as respostas que mais representam o grupo. Uma professora que atua em uma Escola do Campo, no quarto ano do ensino fundamental, compreende assim.

A Educação do Campo consiste na valorização do meio com toda a sua bagagem cultural e concepções apreendidas no campo e para o campo e assim de forma reflexiva, produzir e construir o seu conhecimento para que desta forma apropria-se do mesmo e valorizar. Através deste conhecimento atue no campo para o seu crescimento e valorização. (G. E. P. S., 2019).

Os autores Fernandes et al (2004), já destacavam a importância dos conhecimentos da população do campo como meio para valorização deste, como premissas da Educação do Campo.

A educação no campo seria aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população (FERNANDES, CERIOLI, CALDART, 2004, p.53).

Destacamos também a necessidade de um currículo adaptado a Educação do Campo, assim como as metodologias de ensino dos docentes, e não uma reprodução dos Projetos Pedagógicos das escolas urbanas no Campo. Como destaca a estudante na Oficina.

A Educação do Campo é trazer o conhecimento, a cultura e os saberes relacionados à comunidade que vive no campo ao encontro das práticas educacionais. Assim como na área urbana, os educandos e docentes devem contextualizar o ensino e tratar de problemáticas atuais, na educação do campo o ensino deve buscar essa mesma contextualização adequada à realidade do campo. (S. O., 2019).

A superação do Ruralismo Pedagógico é um processo lento, principalmente nessa atual conjuntura, e deve ser acompanhado com a preocupação da formação integral dos educandos. Como vemos a seguir com Arroyo.

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (ARROYO, 2004, p.23).

A Educação para o meio rural faz parte de uma concepção de desenvolvimento muito mais complexa que apenas o crescimento econômico do país em detrimento ao aumento da pobreza e da miséria, como o Ruralismo Pedagógico pregava. A descentralização de grandes áreas de terra de propriedade



de poucas famílias, a diminuição do cultivo de monoculturas com o uso elevado de agrotóxico e o encerramento da dependência de capital estrangeiro, são pilares que devem ser debatidos e operados no país. E para isso, movimentos que possuem as premissas da Educação do Campo baseado nos referenciais da Agroecologia são de suma importância para (re) existir e resignificar a educação pública e o meio rural, tornando o país soberano e sustentável.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poder debater sobre alternativas ao modelo historicamente construído pelas Elites do Estado é quase um ato revolucionário, onde nos enxergamos protagonistas de nossas vidas e construtores do nosso futuro. E assim lutamos pela Educação do Campo superando o Ruralismo Pedagógico e promovendo sistemas de produção de alimentos mais sustentáveis, justos e solidários com o Ambiente e a Sociedade.

Seminários que promovem a reflexão sobre a Educação, com a valorização dos conhecimentos da população do campo colhem resultados positivos, pois garantem à formação integral dos educandos e também de uma sociedade mais justa, com equidade, menos preconceituosa e menos suscetíveis a manipulação.

5. REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEZERRA NETO, L. **Avanços e retrocessos na educação rural no Brasil**. 2003. 221 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação – Campinas, 2003.

BRASIL/MEC. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

CALDART, R. S. **Por uma Educação do Campo**: traços de uma identidade em construção. In: KOLING, E. J.; CERIOLI, P.; CALDART, R. S. Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília-DF, 2002.

FERNANDES, B. M., CERIOLI, P. R., CALDART, R. S. **Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”**: texto preparatório. In: ARROYO, M. G., CALDART, R. S., MOLINA, M.C. (Org.). Por uma Educação do Campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

GUTERRES, I., **Agroecologia militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PRADO, A. A., **Intelectuais e educação no estado novo (1937/1945)**: o debate sobre a formação do Professor primário rural. Revistas Teias, uma publicação eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Educação – ProPed/UERJ, 2007.